

TRANSIÇÕES POLÍTICAS E FEMINISMO: UM ESTUDO DO CHILE SOB O GOVERNO DE SEBASTIAN PIÑERA

*Maysa Devides**

*Bruno Vicente Lippe Pasquarelli***

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi analisar a influência do processo político da ditadura chilena nas tomadas de decisão do governo de Sebastián Piñera a fim de determinar as consequências do período à presente sociedade, com o propósito de entender como as atitudes do comando militar atuaram na política atual do país. Os anos de 1973 a 1990 foram importantes na história do Chile, pois as condutas utilizadas pelo ditador Augusto Pinochet influenciaram e impulsionaram uma revolta na população feminina chilena em 2020, ocasionando mudanças políticas significativas ao governo. Para atingir o objetivo proposto, foi utilizada a teoria de transição e a teoria feminista nas relações internacionais. O trabalho aplicou a metodologia qualitativa, apresentando e discorrendo fatos históricos do Estado em questão, a partir de informações adquiridas através de fontes secundárias, como diversos textos de Garretón, artigos científicos e livros sobre o período em questão e a teoria feminista, além de reportagens sobre o tema. Por fim, foi apresentado como a qualidade democrática do Chile teve uma queda em sua avaliação, assim como, a maneira que os protestos feministas

**Pós-graduação em Direitos Humanos e graduação em Relações Internacionais.*

***Doutorado em Ciência Política*

do mesmo tiveram uma influência na sua política, explicando a necessidade de respeitar os direitos das mulheres.

Palavras-chave: Ditadura chilena. Feminismo. Sebastian Piñera. Transição.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a influência do processo político da ditadura chilena nas tomadas de decisão do governo de Sebastián Piñera a fim de determinar as consequências do período à sociedade atual. Para tanto, iremos explicar a transição política entre os regimes autoritário e democrático, compreender como as decisões governamentais dos anos ditatoriais atuaram no governo de Piñera.

Durante a década de 1970, o Chile vivia um governo autoritário com o mandato de Augusto Pinochet (1974-1990). O país passou a ter um sistema democrático apenas após um plebiscito que ocorreu em 1988, determinando o fim do governo militar em 1990 (SILVA, [s.d]). Segundo Garretón (1994), o primeiro mandato após o encerramento da ditadura, pode ser caracterizado como um governo democrático de transição.

Marques (2010) descreve que esse período de troca de regimes políticos pode ser descrito como transições políticas, pois “as transições delimitam, de um lado, pelo início do processo de dissolução de um regime autoritário e, do outro [...] pela emergência de um regime revolucionário” (O’DONNELL; SCHMITTER, 1988 *apud* MARQUES, 2010), ou seja, ocorre um processo de transição a partir do momento em que um regime político começa sua finalização dando início à outro modelo, necessitando de um período para se estabelecer no país.

Para Garretón (1991; 1993), as transições deixam problemas de democratização pendentes e existem tópicos que devem ser analisados em seus processos, afirmando que as transições terminam quando um núcleo básico de instituições e autoridades democráticas são instaladas no país. Com isso, a existência dos enclaves autoritários da ditadura militar, que podem ser considerados simbólicos-culturais, institucionais ou autores do regime anterior presentes no novo modelo, são a explicação de Garretón (1991) sobre como um Estado pode manter heranças autoritárias em sua democracia,

logo, encerrar esses enclaves deveria ser uma das prioridades do governo de transição.

Transições, portanto, podem ser classificadas como o processo de troca de regimes, em que etapas devem ser seguidas e analisadas para que esse curso seja completo e o novo sistema seja inteiramente instalado no Estado. No decorrer desse artigo, o processo de encerramento da ditadura militar e o início do governo democrático no Chile será utilizado para exemplificar as explicações acima.

Para conseguir definir a qualidade do atual regime político do Chile é necessário compreender o que é a democracia. De acordo com Dahl, a conceitualização para tal modelo existir e se manter é baseado no pluralismo da sociedade.

Na visão de Dahl, o pluralismo societal seria um dos principais determinantes da sorte da democracia. Em sociedades plurais, nenhum grupo social teria acesso exclusivo a qualquer dos recursos de poder, isto é [...] O resultado seria a neutralização recíproca dos grupos em conflito. (LIMONGI, 1997, p.19)

Dahl (1971) acreditava que desenvolver a economia aumentava o pluralismo e quanto mais presente na sociedade ele estivesse, maiores seriam as chances do país se manter democrático. O autor descreveu também que as instituições deveriam fornecer pelo menos algumas garantias para sustentar o modelo de governo, como o direito de voto, por exemplo. Dahl ainda abordou o termo poliarquia como uma definição que busca caracterizar governos que chegaram o mais próximo possível de uma democracia completa, sendo altamente inclusivos e abertos à contradição pública (DAHL, 1971, p.31). Logo, é possível compreender que o ponto principal desse sistema político é a inclusão de outros atores e a igualdade entre os grupos sociais, assim como o poder popular.

Marques (2010) define em seu texto que a consolidação de um novo regime político possui influência do processo de democratização, explicando que o mesmo garante os direitos sociais e políticos da sociedade em questão.

Refere-se aos processos mediante os quais as regras e procedimentos da cidadania são aplicados a instituições políticas previamente dirigidas por outros princípios [...], ou são expandidos, para incluir pessoas que antes

não gozavam desses direitos nem estavam submetidas a essas obrigações. (O'DONNEL e SCHMITTER, 1988, p.26 *apud* MARQUES, 2010, p.62)

A democracia portanto, pode ser compreendida como um regime político que busca uma maior representatividade da sociedade em questão, procurando alternativas que diminuam as desigualdades sociais, sendo um processo progressivo, segundo o texto de Limongi (1997), que exemplifica os pensamento de Dahl, em que as chances de um país ser democrático aumentam seguindo o grau de modernização da comunidade e que nenhum grupo pode excluir os demais, ocorrendo um equilíbrio de forças e uma garantia de direitos ao povo.

Após a aplicação desse regime, é possível mensurar a qualidade do mesmo em seus respectivos Estados, no texto de Morlino (2004), é apresentado três principais tópicos para esse tipo de pesquisa, sendo eles: a importância das reformas para que a democracia atinja consolidação ampla e uma legitimidade ampla; o fato de o aprofundamento do regime não ser um bem imperativo mas sim moral; as democracias que estão estabelecidas há um maior período devem aplicar algumas reformas em busca de atender todos os grupos e melhorar suas insatisfações progressivas.

Sendo assim, para o desenvolvimento do artigo, uma pesquisa bibliográfica será aplicada, utilizando fontes secundárias, como reportagens e artigos sobre o tema, que irão retratar os fatos históricos, descrever atitudes do período militar do Chile e compará-lo com o governo recente do país. A metodologia utilizada na pesquisa em busca de atingir a meta proposta será a qualitativa, por ser caracterizada como uma forma de pesquisa descritiva, desenvolvida através da coleta de informações, com o intuito de explicar e analisar fatos históricos, apresentando dados numéricos, que ajudarão a visualizar os acontecimentos relacionados ao período estudado.

Dessa maneira, justifica-se a escolha do presente estudo, tendo em vista a maneira como a teoria da transição busca demonstrar a forma que ocorre a transferência de um tipo de regime para outro em um Estado. Dentro desse pensamento, é possível notar a importância dessa teoria para a compreensão do período ditatorial chileno, pois, a partir do fim do governo de Pinochet, a instalação de um modelo democrático passou a ocorrer no país, buscando encerrar os enclaves autoritários no Chile¹.

1 Após a tomada governamental de Pinochet, os direitos humanos foram praticamente anulados e diversas formas de tortura passaram a ser usadas no país. Já em 2019, uma série de denúncias que possuíam como conteúdo, declarações de abusos físicos do exército chileno contra mulheres ao redor do país, foram expostas

Em consequência de todos esses fatores, ocorreu a maior revolta feminista no país. Esse movimento pode ser explicado através da Teoria Feminista nas Relações Internacionais, pois esse seguimento busca a libertação de todas as mulheres e tenta fazer com que o governo veja esse grupo da sociedade como participantes do movimento político, com direitos e necessidades, ao invés de serem tratadas como inimigas do Estado. (LAMAS, 2011 *apud*. BARBABELA et. al, 2017)

Frente a isso, essa pesquisa explicará como o período do governo de Pinochet é importante para o estudo das Relações Internacionais, compreendendo como a falta de consequências das ações do mesmo acarretaram em uma revolta populacional, pois diversos discursos feitos nesses movimentos expuseram parceiros externos da nação, além de divulgar internacionalmente os crimes que antes estavam sendo mantidos em segredo à outros Estados, modificando a imagem mundial chilena.

Tendo conhecimento do tema em debate no decorrer do presente artigo, os tópicos abordados explicarão o período da ditadura chilena, a importância da transição sociopolítica para a democracia, os legados da ditadura chilena no governo de Piñera, a influência do movimento feminista no Chile e a qualidade da democracia no mesmo, assim como o direito das mulheres, respectivamente, e por fim serão tecidas as considerações finais do artigo. Sendo assim, o artigo procura responder ao seguinte questionamento: de que forma os enclaves autoritários ainda podem ser observados no Chile atual, considerando aspectos ligados ao direito das mulheres?

2 DESENVOLVIMENTO

Na década de 1970, os Estados Unidos se sentiram ameaçados pelas atitudes do governo chileno de Salvador Allende e apoiaram diversos movimentos de oposição ao presidente latino, como a formação de uma Junta Militar. Esse grupo foi responsável pela organização do golpe militar que colocou Pinochet como ditador do Chile e levou à morte de Allende (SILVA, [s.d]).

e esses profissionais não foram responsabilizados, além disso, o presidente Piñera fez uma declaração que culpabiliza indiretamente as mulheres abusadas. Segundo Montes (2020), o representante chileno disse que “às vezes, não é apenas a vontade dos homens de abusar, mas também a posição das mulheres de ser abusadas”.

Após assumir o cargo em 1974, Pinochet implementou um governo autoritário, que é caracterizado, segundo Linz (1978), como um tipo de regime que “penetram na vida da sociedade, impedindo, mesmo pela força, a expressão política de certos interesses de grupo”. Durante seu governo, Pinochet implantou medidas que levaram ao conhecido “milagre econômico” do país e essa atitude acarretou no rescimento da economia do Estado, assim como na desigualdade social do mesmo (SILVA, [s.d]). Seu mandato se encerrou apenas em 1990, após um plebiscito ocorrido dois anos antes, que foi votado pelo povo, definindo o fim do governo militar no país. (SILVA, [s.d])

2.1 A IMPORTÂNCIA DA TRANSIÇÃO SOCIOPOLÍTICA PARA A DEMOCRACIA

É difícil definir em que momento a transição se iniciou no Estado, devido às diversas teorias existentes acerca do assunto.

Para alguns, com efeito, existe ou não existe democracia, se está em democracia ou não se está, e entre as duas não existem situações intermediárias. [...] Outros, por outro lado, afirmam que a transição é um processo que termina quando o governo militar entrega o poder às autoridades civis eleitas nas eleições presidenciais. (ARCAYA, 1999, p.80, tradução nossa)

Portanto, segundo a primeira teoria apresentada por Arcaya, não existe um período de transição, logo, a partir do momento em que o governo militar se finaliza dando início a outro regime, o mesmo está instalado no país. Porém, a segunda ideia exibida pelo autor é baseada nos pensamentos de Garretón, defendendo que devido ao plebiscito de 1988 que marcava o fim do mandato de Pinochet e a escolha do primeiro presidente democrático do país após o período, a transição chilena se iniciou. Contudo, ele é definido como um governo ditatorial de transição.

Garretón (1994) define que o mandato de Alwin, pode ser considerado como uma democracia, porém essa é incompleta, por conta das heranças ditatoriais que continuam a existir no país. Essa realidade herdada do governo anterior foi definida como enclaves autoritários, podendo ser relacionados a assuntos institucionais (características autoritárias na instituição), ético-

simbólicos (como o problema de violação dos direitos humanos) ou de autores políticos (presenças autoritárias no governo). Portanto, para que o governo de transição possa tornar uma democracia completa, essas heranças deveriam ser eliminadas, mas o próprio Aylwin anunciou que essa meta não foi cumprida.

Por outro lado, o governo pós Pinochet obteve êxito em outras questões, como evitar a regressão autoritária e corrigir os defeitos sociais do modelo socioeconômico, por exemplo (GARRETÓN, 1994). Dessa forma, é possível compreender que o governo de Aylwin completou tarefas importantes para a transição de regimes, encerrando a mesma, pois “um núcleo básico de instituições e autoridades democráticas haviam se instalado” (GARRETÓN, 1991) no país mas deixando-a incompleta, pois os enclaves autoritários ainda estavam presentes, portanto, a missão de extingui-los foi passada para o próximo governo.

A vista disso, uma das principais questões a ser debatidas é: esses enclaves autoritários ainda estão presentes na sociedade e no governo chileno? Para responder essa pergunta é necessário compreender situações vividas no período da ditadura militar, para analisar se as mesmas continuam a se repetir no governo de Piñera.

2.2 LEGADOS DA DITADURA CHILENA NO GOVERNO DE PIÑERA

Como explicado anteriormente, algumas atitudes que ocorriam no período da ditadura militar continuaram presentes na sociedade chilena como legados do período (enclaves autoritários), explicando-os a seguir.

A ditadura chilena ficou conhecida como um período em que a violência e as tentativas de calar pessoas estavam presentes. Dentre os diversos tipos de agressão utilizadas pelo governo, foram aplicados também abusos sexuais contra as mulheres presas, gerando inclusive gravidez nas vítimas (MONTES, 2019) e os mesmos nunca foram responsabilizados por suas ações, incluindo Augusto Pinochet, que apresentou um atestado de debilidade mental que impediu seu julgamento, mantendo-o livre e permitindo sua atuação como senador vitalício no Chile. (SILVA, [s.d]). .

Em 2019, após diversos protestos da sociedade chilena iniciados devido ao aumento do preço do metrô, mais de quatro mil pessoas foram

detidas, sendo 656 mulheres. Dentre essas prisões, mais de 167 denúncias foram feitas, incluindo 18 relacionadas a abusos sexuais, contendo o exército chileno como assediadores (SILVA, 2019). Sendo assim, é possível caracterizar essa nova ocorrência de agressão como um enclave ético-simbólico, pois os direitos dessas mulheres foram novamente infligidos.

Já em relação às heranças institucionais, podemos relacioná-la à constituição chilena. Antes do plebiscito, Pinochet mudou a mesma promulgando-a em 1980. As leis presentes no texto possuíam características do governo autoritário, como uma passagem que definia “um pluralismo político limitado, que supunha que certas ideologias políticas, como o marxismo, eram proibidas” (PICHEL, 2019, p.1). Mesmo com o passar das décadas, a constituição chilena embora alterada algumas vezes, permanece a mesma desde 1980². Essa realidade foi uma das causas do início dos protestos em 2019, que iniciou uma mudança na política do Chile. (PICHEL, 2019)

Além desses acontecimentos que ocorreram e se mantiveram no governo de Piñera, o presidente também inseriu Macarena Santelices, sobrinha do ditador Augusto Pinochet, no cargo de ministra das Mulheres e Equidade de Gênero. A parente de Pinochet participa de um partido conservador e ficou conhecida por uma frase defendendo as atitudes de seu tio-avô e a ditadura. Essa ação levou a revolta no país e a hashtag “NoTenemosMinistra” viralizou, demonstrando seu desapontamento com a decisão e a falta de representatividade feminina. (LUNA,2020). O fato de uma familiar relacionada ao ditador chileno ter sido nomeada e ter feito parte do governo do país recentemente demonstra um enclave de autores políticos, pois a mesma ainda mantinha e disseminava ideias autoritárias semelhantes às de seu tio, mas mesmo assim continuou sendo uma opção para o presidente, representando a influência desses ideais em seu governo.

Todos esses argumentos em conjunto, geraram o maior movimento feminista do país no dia 8 de março de 2020 e uma mudança tanto na política interna quanto externa do Estado, que será debatida a seguir.

2 Em 2019 foi iniciado um processo constitucional no Chile e nessa segunda (04), uma nova carta magna foi apresentada ao atual presidente. Essa proposta “estará sob consulta nos próximos dois meses e deverá passar por um novo plebiscito no dia 04 de setembro para entrar em vigência” (MELLO, 2022)

2.3 FEMINISMO E SUA INFLUÊNCIA NO CHILE

No decorrer das três semanas de protestos chilenos, diversas pessoas foram detidas e 167 processos foram abertos por ilegalidades cometidas pelos militares, dentre eles, 18 eram sobre abusos sexuais (SILVA, 2019).

Essa realidade acarretou em uma revolta feminina e gerou o maior movimento feminista do Chile no dia 8 de março 2020, em que “somando os atos pelo país, o total de mulheres mobilizadas chega a 3 milhões.” (FARINELLI, 2020). Visto que esse movimento se deu pela falta de atenção que o governo disponibilizou para esse grupo e as consequências geradas por ele, que serão discutidas abaixo, é possível relacioná-lo com a teoria feminista dentro das Relações Internacionais.

As mulheres indígenas, por exemplo, denunciaram empresas mineradoras japonesas e canadenses, que estavam invadindo sua terra e essa informação não estava aparecendo nas notícias, além dessa declaração, os grupos se reuniram em performances com o intuito de acusar o governo e a falta de atitude do mesmo com as mulheres, uma das maiores apresentações se intitulou “um violador no teu caminho” em que o refrão “o Estado opressor é um macho violador” viralizou na internet (FARINELLI, 2020). Essa ação ocasionou diversos movimentos ao redor do mundo com mulheres denunciando seus próprios governos, “mulheres em 33 países em todo o mundo fizeram a performance em espaços públicos, 14 deles da América Latina e do Caribe. [...] Composto por quatro chilenas [...] busca quebrar mitos sobre estupro e denunciar a impunidade.” (ARANGO, 2020).

É possível compreender, que as teorias feministas «definem gênero como características que, apesar de variarem em tempo e lugar, são cultural e socialmente construídas» (TICKNER, 1997 *apud* ALBUQUERQUE; MURTA; ONUKI [s.d], p.43), os mesmos autores explicam que o poder ainda é atribuído ao homem ao invés da mulher e o olhar para esse grupo dentro da área das Relações Internacionais, traz a compreensão das relações de poder que em uma análise institucional e estatal, não são consideradas.

A teoria pode ser vista como uma “prática que luta para libertar todas as mulheres. [...] Qualquer coisa a menos que esta visão de liberdade total não é feminismo, mas apenas auto engrandecimento feminino.” (SMITH, 1979, p.48 *apud* BARBABELA; CYPRIANO; DIAS, 2017, p. 6). Segundo os mesmos

autores, Marta Lamas cita que o movimento feminista deve ser visto como um participante político, que colabore com o Estado ao invés de ser reconhecido como um adversário. Portanto, as mulheres devem ser vistas como atores na política interna e externa de seu país.

Após as denúncias aos parceiros chilenos e ao próprio governo, o país ficou com a sua imagem externa abalada e com as suas relações enfraquecidas, pois o movimento expôs de maneira internacional as crises internas do Chile que até então estavam sendo mantidas em confidência pelo Estado, além de influenciar na qualidade democrática do país. Como consequência do movimento, o presidente Piñera anunciou que “dará máxima urgência ao projeto de lei que acaba com as discriminações entre homens e mulheres na administração da sociedade conjugal e o que elimina “a injustificada” espera de 270 dias que afeta as mulheres que querem se casar de novo após um divórcio.” (EL PAÍS, 2020). Essa ação representou a força feminina e como elas fazem parte do grupo atores políticos e possuem sua influência, precisando serem ouvidas e consideradas nos processos de decisão do país.

2.4 QUALIDADE DA DEMOCRACIA CHILENA E DIREITO DAS MULHERES

Para iniciar o debate sobre a qualidade da democracia do Chile, primeiramente é necessário compreender a definição dessa classificação e suas abordagens utilizadas para mensurar o nível de cada regime.

Morlino (2004) começa seu trabalho definindo o que é democracia e qualidade, explicando que o regime político para ser democrático necessita de votações justas, diversas fontes de informação, dois ou mais partidos políticos e eleições universais, enquanto qualidade pode ser caracterizada em três diferentes agrupamentos, explicados a seguir.

1. Procedimento: um produto de “qualidade” é o resultado de um processo exacto e controlado realizado de acordo com métodos e prazos precisos e recorrentes;
2. Conteúdo: a qualidade pertence nas características estruturais de um produto, tais como o seu design, materiais, ou funcionamento;
3. Resultado: a qualidade de um produto ou serviço é indirectamente indicada pelo grau de satisfação do cliente com ela. (MORLINO, 2004, p.4, tradução nossa)

Após compreender essas definições, é esclarecido pelo autor que para mensurar a qualidade democrática de um Estado, são aplicados diferentes elementos que qualificam em qual categoria o regime do país se encontra, em que a melhora ou piora de um item pode influenciar diretamente em outro.

Molino (2004) define dentre essas divisões, oito dimensões diferentes, sendo elas:

a) A regra da lei: quando a regra da lei é fraca, diversos outros problemas podem ser gerados, como por exemplo a corrupção, pouca participação de certos grupos e a disputa política pode ser injusta;

b) Participação: o Estado deve garantir a todos os cidadãos a oportunidade de votar, protestar, se organizar e reunir-se por seus interesses;

c) Competição: deve ocorrer uma disputa eleitoral com mais de dois partidos políticos e precisa ser justa, sendo a dimensão mais fácil de medir quantitativamente;

d) Responsabilidade Vertical: é a responsabilidade da sociedade, como eleitores, de exigir seus interesses dos políticos, em suas campanhas e em suas decisões políticas. A competição e a participação são essenciais para essa dimensão;

e) Responsabilidade Horizontal: é a responsabilidade de que os políticos respondam por suas condutas, sendo analisadas por outras instituições com o intuito de controlar e legalizar as atitudes dos governantes;

f) Liberdade: pode ser social, civil ou política. A liberdade é segura quando estabelecida nas leis e permite que os cidadãos possuam uma superioridade em relação aos militares e aos serviços de inteligência;

g) Igualdade: mesmo sendo um ideal nunca atingido por nenhuma democracia, o regime deve tentar garantir ao máximo que todos os grupos e pessoas tenham proteções legais e os mesmos direitos, tendo acesso à justiça;

h) Responsividade: por fim, é possível analisar a qualidade do governo em relação à forma com que o regime responde às necessidades e interesses dos cidadãos.

Depois de explicar esses tópicos, Morlino (2004) informa que é possível medir a qualidade democrática de um país a partir de pesquisas feitas com o povo, perguntando-os diretamente se suas carências estão sendo atendidas e/ou buscando informações já existentes em vários meios de comunicação, como a internet.

Logo, é possível analisarmos a qualidade da democracia do Chile utilizando referências do site Freedom House ³, que analisa se o Estado está seguindo os direitos sociais e políticos dos cidadãos e dessa forma classifica se o país é ou não livre. Assim sendo, segue abaixo uma tabela explicativa sobre os níveis presentes do regime democrático em diferentes períodos chilenos, iniciando-se em 1978.

A lista usará como base as informações encontradas no site, qualificando os direitos políticos e sociais com notas de 1 a 7 ⁴. Além dessas referências, os governos também serão classificados por seus níveis de liberdade, sendo eles: sem liberdade (SL), parcialmente livre (PL) e livre (L).

Tabela 1 - Qualidade da democracia no Chile

ANO	DIREITOS POLÍTICOS	DIREITOS SOCIAIS	STATUS DE LIBERDADE
1978	7	5	SL
1979	6+	5	SL
1980 - 1987	6	5	PL

3 «é a mais antiga organização americana dedicada ao apoio e defesa da democracia em todo mundo» (FREEDOM HOUSE, [s.d], tradução nossa)

4 “Em estados classificados como (1) em direitos políticos, a grande maioria das pessoas (ou famílias) no estado têm direitos e oportunidades de participar do processo eleitoral. Além disso, todos têm o direito de competir para cargos políticos, e os partidos políticos são formados livremente para este objetivo. [...] (2) os processos eleitorais permanecem abertos, mas a sua eficácia é reduzida por fatores como extrema pobreza, feudal estrutura social, violência ou acordos para limitar a oposição. [...] As pessoas de um estado no posto (3) costumam eleger seus líderes e representantes, mas golpes, interferência massiva nos resultados eleitorais ou outros procedimentos não democráticos também ocorrem. Partidos principais podem boicotar eleições ou, ocasionalmente, ser excluído.[...] Um estado pode ser classificado (4) porque existe um bloco constitucional para o significado democrático total das eleições, ou porque eles parecem fazer pouca diferença no resultado distribuição de poder. [...] Nos estados classificados (5), as eleições são controladas de perto ou limitadas, ou os resultados têm muito pouco significado. [...] Nos estados classificados (6), também não há operações eleitorais gerais sistema, ou os candidatos da oposição não podem competir. Neste nível permanece alguma distribuição de poder político, e a votação pode oferecer escolha limitada em nível local. [...] Estados classificados (7) são tiranias com pouca legitimidade também em uma tradição nacional ou uma ideologia moderna.” (GASTIL, 1978, p.13, tradução nossa).

1988 - 1989	5	4	PL
1989 - 1990	4	3	PL
1990 - 1998	2	2	L
1998 - 1999	3+	2	L
1999 - 2000	2+	2	L
2000 - 2001	2	2	L
2001 - 2002	2	2	L
2003	2	1+	L
2004	1+	1	L
2005 - 2018	1	1	L

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Freedom House.

Os dados disponibilizados a partir de 2018 sobre o Chile ainda não foram adaptados para relatórios, porém, a organização proporcionou informações em formato de pesquisa, em que foram estudados diversos tópicos relacionados à democracia, definindo se o governo de Piñera estava cumprindo-os ou não.

A Freedom House analisa em sua pesquisa 10 indicadores políticos e 15 de liberdades civis em formato de questões, essas perguntas são avaliadas com notas de 0 a 4, sendo o menor e o maior grau de liberdade, respectivamente (FREEDOM HOUSE, [s.d]). Através das informações fornecidas pela organização, foi possível constatar um padrão nas notas dos últimos anos (2018-2020) sobre o Estado. Os três mesmos tópicos relacionados a população e ao militarismo praticamente se mantiveram no mesmo nível e não demonstraram melhora, ao contrário, um deles teve a sua nota diminuída, o que significa que a democracia teve uma perda de qualidade.

Tanto o item “as leis, políticas e práticas garantem tratamento igual para vários segmentos da população?” como o ponto “vários segmentos da população (incluindo grupos étnicos, religiosos, de gênero, LGBT e outros grupos relevantes) têm plenos direitos políticos e oportunidades eleitorais?” possuem a mesma nota 3/4 desde 2018. Essa realidade torna possível concluir que mesmo com a informação de que algo está errado nesses âmbitos, o regime ainda não foi melhorado.

Por outro lado, o tópico “há proteção contra o uso ilegítimo de força física e liberdade de guerra e insurgências?” que mantinha a mesma nota (3/4)

desde 2018 teve uma queda na avaliação em 2020, passando a ser reconhecido como 2/4 logo após a análise dos acontecimentos que ocorreram no país. Nesse período, os protestos que pediam por uma melhora nos direitos e uma mudança na constituição aconteceram e os mesmos acarretaram no maior movimento feminista chileno do Estado e em uma mudança em sua política externa.

Em 2019, o aumento do preço da passagem de metrô desencadeou várias manifestações chilenas e após a revogação dessa medida, a população passou a levantar novas pautas em seus protestos, como o modelo econômico do país e a constituição ainda ser a mesma do governo de Pinochet. Esses movimentos cresceram cada vez mais e algumas depredações ocorreram em seu decorrer, por isso, como forma de reprimir as manifestações, pela primeira vez desde o fim da ditadura, o Estado enviou militares às ruas e isso ocasionou na morte de 20 civis e feriu 592 (RODRIGUES, [s.d]).

Levando em consideração as características antes citadas de que esse modelo de regime tem como ideal a liberdade de expressão e a garantia dos direitos de liberdade civis, incluindo a segurança que deve ser patrocinada pelo país, é viável questionar se uma das razões para a nota da qualidade democrática do Chile ter diminuído inclui as agressões feitas pelo exército chileno e a tentativa do governo de reprimir os pedidos do povo, visto que diversos grupos que estavam se apresentando e não estavam sendo ouvidos, diminuindo assim a participação popular, influenciando negativamente na responsividade governamental.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar a influência do processo político da ditadura chilena nas tomadas de decisão do governo de Piñera, assim como, as consequências que essa ação resultou, foi possível compreender que a transição do Chile se iniciou após o plebiscito de 1988, que determinava o fim do governo de Pinochet, mas apontar o final da mesma é mais difícil, devido às várias definições existentes sobre o assunto.

Segundo os dados recolhidos da Freedom House, é correto afirmar que o Chile se tornou democrático na década de 90 e desde então passou por diversas

alterações em seu regime, apresentando algumas ações não democráticas nos últimos anos (2019-2020), porém nunca voltando a ser um país autoritário.

Como consequência dessas ações, as mulheres se revoltaram e fizeram um movimento feminista que modificou o jeito que o país era visto internacionalmente, já que outros problemas nacionais foram trazidos a tona durante a ação. Como explicado no decorrer deste estudo, todo esse conjunto pode representar a importância de considerar os pedidos das mulheres nos processos de decisão do governo, pois incluindo o grupo como um aliado político, a qualidade democrática do mesmo seria aumentada.

Com essas informações é possível responder o questionamento inicial proposto, pois, mesmo após passar completamente pela transição política e ser considerado um país democrático, o Chile ainda apresenta atitudes relacionadas com o período ditatorial da década de 70 e influência na liberdade da sua sociedade mesmo não sendo considerado um país autoritário, tornando plausível afirmar que o seu contexto histórico ainda intervém no governo atual.

Dessa forma, o estudo buscou demonstrar a sua relevância através dos acontecimentos feministas, tornando o Chile um exemplo da importância de considerar os direitos das mulheres nas tomadas de decisão, pois, mesmo após vários anos, o Estado latino ainda é uma representação da forma em que as mulheres continuam sendo tratadas, sofrendo abusos e muitas vezes sendo desconsideradas. Porém, atualmente, através de movimentos, as mesmas conseguem impor seus desejos e lutar por seus direitos, podendo ter inclusive uma influência internacional em seus países no decorrer dessa luta.

Por fim, dentro da área das Relações Internacionais, o tema pode ser compreendido como uma forma de analisar todas as possíveis chances de manter a paz tanto interna como externa do Estado, visto que as ações internas de um governo podem ser vistas como uma forma de diplomacia, pois os acordos com a sociedade e a troca entre os atores - o povo e os políticos - podem ser vistos como uma forma pacífica de cumprir os desejos propostos pelos dois lados dentro do que se pode ser feito pelo governo.

REFERÊNCIAS

AFP. Ditadura de Pinochet no Chile deixou mais de 40 mil mortes, diz relatório. *G1*, [s. l.], 18 ago. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/08/novo-relatorio-sobe-para-mais-de-40000-as-vitimas-da-ditadura-de-pinochet.html>. Acesso em: 17 mar. 2021

ALBUQUERQUE, Ana Balbachevsky Guilhon; MURTA, Arthur; ONUKI, Janina. Parte I - Feminismo e Teoria Política: 2. Resistência e ocupação de espaços: debates feministas e queer em relações internacionais. *Scielo Books*, [s. l.], [s.d].

ARANGO, Valentina. “Um violador em seu caminho”:: uma forma de justiça alternativa. *OpenDemocracy*, [s. l.], 31 jan. 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/um-violador-em-seu-caminho-uma-forma-de-justica-alternativa/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

ARCAYA, Óscar Godoy. LA TRANSICIÓN CHILENA A LA DEMOCRACIA: PACTADA. *Estudios Públicos*, [s. l.], ed. 74, outono 1999.

BARBABELA, Pedro; CYPRIANO, Breno; DIAS, Tayrine. As interseções entre as Relações Internacionais, a teoria política feminista e o feminismo pós/de/colonial na América Latina. 25 jul. 2017.

CORONA, Sonia. Maré chilena puxa protestos e milhões de mulheres mostram sua força nas ruas da América Latina. *El País*, [s. l.], 9 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-09/milhares-de-mulheres-mostram-sua-forca-nas-ruas-da-america-latina.html>. Acesso em: 11 abr. 2021.

DAHL, Robert A. Poliarquia: Participação e oposição. *EDUSP*, [s. l.], ed. 1, 1971.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The Quality of Democracy. *CDDRL*, [s. l.], ed. 20, 21 set. 2004.

FARINELLI, Victor. Feminismo chileno mobiliza cerca de 3 milhões de mulheres no 8M: “Históricas”. *Brasil de Fato*, [s. l.], 8 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/08/feminismo-chileno-mobiliza-cerca-de-3-milhoes-de-mulheres-no-8m-historicas>. Acesso em: 11 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World 2018: Chile. *Freedom House*, [s. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/chile/freedom-world/2018>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World 2019: Chile. *Freedom House*, [s. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/chile/freedom-world/2019>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World 2020: Chile. *Freedom House*, [s. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/chile/freedom-world/2020>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1989-1990. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-329, 1990. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1989-1990 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201989-1990%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1990-1991. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-479, 1991. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1990-1991 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201990-1991%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1991-1992. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-591, 1992. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1991-1992 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201991-1992%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Freedom in the World: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties 1992-1993. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-637, 1993. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1992-1993 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201992-1993%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Freedom in the World: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties 1993-1994. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-695, 1994. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1993-1994 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201993-1994%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Freedom in the World: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties 1994-1995. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-694, 1995. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1994-1995 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201994-1995%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Freedom in the World: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties 1995-1996. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-544, 1996. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1995-1996 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201995-1996%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Freedom in the World: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties 1996-1997. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-591, 1997. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1996-1997 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201996-1997%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Freedom in the World: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties 1997-1998. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-610, 1998. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1997-1998 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201997-1998%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Freedom in the World: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties 1998-1999. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-565, 1999. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1998-1999 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201998-1999%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Our History. *Freedom House*, [s. l.], 10 [s.d]. Disponível em: <https://freedomhouse.org/about-us/our-history>. Acesso em: 19 abr. 2021.

GARRETÓN, Manuel Antonio. La redemocratización política en Chile: transición, inauguración y evolución. *E.I.A.L*, Santiago, Chile, v. 4, n. 1, 1993.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Política, cultura y sociedad en la transición democrática. *Nueva Sociedad*, [s. l.], n. 114, p. 43-49, Julho-Agosto 1991.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Transición incompleta y régimen consolidado: las paradojas de la democratización chilena. *Revista de ciencia política*, [s. l.], v. 16, n. 1-2, p. 21-32, 1994.

GASTIL, Raymon D D . Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1978. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-335, 1978. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1978 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201978%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

GASTIL, Raymon D D . Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1979. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-321, 1979. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1979 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201979%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

GASTIL, Raymon D D . Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1980. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-331, 1980. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1980 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201980%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

GASTIL , Raymond D. Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1981. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-434, 1981. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1981 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201981%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

GASTIL , Raymond D. Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1982. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-379, 1982. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1982 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201982%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

GASTIL , Raymond D. Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1983-1984. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-474, 1984. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1983-1984 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201983-1984%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

GASTIL , Raymond D. Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1984-1985. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-438, 1985. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1984-1985 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201984-1985%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

GASTIL , Raymond D. Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1985-1986. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-432, 1986. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1985-1986 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201985-1986%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

GASTIL , Raymond D. Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1986-1987. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-411, 1987. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1986-1987 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201986-1987%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

GASTIL , Raymond D. Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1988-1989. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-522, 1989. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1988-1989 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201988-1989%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

KARATNYCKY , Adrian; FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Freedom in the World: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties 1999-2000. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-608, 2000. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 1999-2000 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%201999-2000%20complete%20book.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

KARATNYCKY , Adrian; FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Freedom in the World: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties 2000-2001. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-666, 2001. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2000-2001 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%202000-2001%20complete%20book.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

KARATNYCKY , Adrian; PIANO , Aili; FREEDOM HOUSE SURVEY TEAM. Freedom in the World: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties 2001-2002. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-740, 2002. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2001-2002 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%202001-2002%20complete%20book.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

KARATNYCKY , Adrian; PIANO , Aili; PUDDINGTON, Arch. Freedom in the World: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties 2003. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-713, 2003. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2003 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%202003%20complete%20book.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. Autor de vasta obra, Robert Dahl é um dos mais importantes cientistas políticos do pós-guerra. [Prefácio]. *Poliarquia: participação e oposição*[S.l: s.n.], 1997.

LINZ, Juan J. UNA INTERPRETACION DE LOS REGÍMENES AUTORITARIOS. *Revista de Sociologia*, [s. l.], ed. 8, 1978.

LUNA, Patricia. Chile: Piñera nombra a una familiar de Pinochet como nueva ministra de la Mujer. *France 24*, [s. l.], 7 maio 2020. Disponível em: <https://www.france24.com/es/20200506-pinera-nombra-macarena-santelices-ministra-mujer>. Acesso em: 11 abr. 2021.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. *Pensamento Plural*, Pelotas, p. 57-69, janeiro/junho 2010.

MELLO, Michele de. Constituinte do Chile apresenta nova Carta Magna nesta segunda; veja detalhes. *Brasil de Fato*, [S. l.], 4 jul. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/04/constituente-do-chile-apresenta-nova-carta-magna-nesta-segunda-veja-detalhes>. Acesso em: 5 jul. 2022.

MONTES, Rocío. Gravidez por estupro e tortura revelam como a era Pinochet fez das mulheres troféus de guerra. *El País*, [s. l.], 12 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/10/internacional/1568135550_217522.html. Acesso em: 11 abr. 2021.

MONTES, Rocío. Piñera: “Não é só a vontade dos homens de abusar, mas também a posição das mulheres de ser abusadas”. *El País*, [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-03/pinera-nao-e-so-a-vontade-dos-homens-de-abusar-mas-tambem-a-posicao-das-mulheres-de-ser-abusadas.html>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PIANO, Aili; PUDDINGTON, Arch; EISS, Camille; NEUBAUER, Katrina; ROYLANCE, Tyler. Freedom in the World 2008: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-900, 2008. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2008 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%202008%20complete%20book.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

PIANO, Aili; PUDDINGTON, Arch; EISS, Camille; ROYLANCE, Tyler. Freedom in the World 2007: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-1020, 2007. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2007 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%202007%20complete%20book.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

PIANO, Aili; PUDDINGTON, Arch. Freedom in the World 2004: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-736,

2004. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2004 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%202004%20complete%20book.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

PIANO , Aili; PUDDINGTON, Arch. Freedom in the World 2005: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-800, 2005. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2005 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%202005%20complete%20book.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

PIANO, Aili; PUDDINGTON, Arch; NEUBAUER, Katrina; ROYLANCE , Tyler. Freedom in the World 2009: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-918, 2009. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2009 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%202009%20complete%20book.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

PIANO, Aili; PUDDINGTON, Arch; ROSENBERG , Mark Y. Freedom in the World 2006: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-908, 2006. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2006 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%202006%20complete%20book.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

PICHEL, Mar. O que há de controverso na Constituição do Chile, que agora o país quer mudar. *BBC NEWS BRASIL*, [s. l.], 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50396727>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PUDDINGTON, Arch; DUNHAM , Jennifer; AGHEKYAN, Elen; BRANDT, Christopher; BHATIA, Rukmani; LINZER, Isabel; O'TOOLE, Shannon; ROYLANCE, Tyler. Freedom in the World 2018: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-1256, 2019. Disponível em: <https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/FreedomintheWorld2018COMPLETEBOOK.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PUDDINGTON, Arch; DUNHAM , Jennifer; AGHEKYAN, Elen; NELSON, Bret; REPUCCHI, Sarah; ROYLANCE, Tyler. Freedom in the World 2016: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-1256, 2016.

PUDDINGTON, Arch; PIANO, Aili; YOUNG , Eliza; ROYLANCE , Tyler. Freedom in the World 2011: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-855, 2011. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2011 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%202011%20complete%20book.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

PUDDINGTON, Arch; REPUCCI, Sarah; DUNHAM , Jennifer; NELSON, Bret; ROYLANCE, Tyler. Freedom in the World 2015: The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties. *Freedom House*, [s. l.], p. 1-866, 2016. Disponível em: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom in the World 2015 complete book.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-02/Freedom%20in%20the%20World%202015%20complete%20book.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

RODRIGUES, Guilherme do Nascimento. PROTESTOS NO CHILE (2019-2020). *Brasil Escola*, [s. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/geografia/protestos-no-chile-2019-2020.htm>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SILVA, Daniel Neves. “Ditadura militar chilena”; *Brasil Escola*, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/ditadura-chilena.htm>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SILVA, Vitória Régia da. Mulheres denunciam espancamentos, humilhações e ameaças de estupro durante protestos no Chile. *Gênero Número*, [s. l.], 3 out. 2019. Disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-denunciam-espancamentos-humilhaco-es-e-ameacas-de-estupro-durante-protestos-no-chile/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SOTO, Claudia; CATENA, Paula. Isabel Plá deja el Ministerio de la Mujer por “desgaste personal” y en medio de críticas a su gestión. *LT LATERCERA*, [s. l.], 13 mar. 2020. Disponível em: <https://www.latercera.com/politica/noticia/ministra-pla-va-camino-a-la-moneda-para-presentar-su-renuncia-al-ministerio-de-la-mujer/T7LEH7AZORDP3HVUC3VTYRCU5U/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. *UNICEF*, [s. l.], [s.d.].

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 17 mar. 2021.